

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 22/2016

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2016

(Contém 11 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA DA SILVA CALISTO DECQ MOTA

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ELISABETE DO CARMO PACHECO TAVARES

VEREADOR – JOSÉ DUARTE BARBOSA CABECINHA

VEREADORA – GRAÇA DE LURDES RESENDES COSTA ARAÚJO

VEREADORA – SUSANA MARIA GOULART PEREIRA DA COSTA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADOR – MARCO PAULO DA SILVA TEIXEIRA

CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 22/2016****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2016**

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, José Duarte Barbosa Cabecinha, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Marco Paulo da Silva Teixeira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 24 de outubro de 2016.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e Elisabete do Carmo Pacheco Tavares porque não estiveram presentes naquela reunião e será assinada pela Senhora Presidente e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos que secretariou a reunião.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Marco Paulo da Silva Teixeira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 28 de outubro de 2013.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**40.º ANIVERSÁRIO DO OPERÁRIO SPORTS CLUB OF TORONTO:**

O Senhor Vice-Presidente Fernando Jorge Moniz informou que participou, em representação da Câmara Municipal, na Gala comemorativa do 40.º aniversário do Operário Sports Club of Toronto, que se realizou no passado, dia 22 de outubro, em Mississauga, Toronto, Canadá.

Do programa das Comemorações do 40.º aniversário do Operário Sports Club of Toronto, constou ainda a realização de dois jogos de futebol amistosos, um entre a equipa do Operário de Toronto e a equipa da Associação de Veteranos do Clube Operário Desportivo e o outro entre o Benfica Soccer Club of Brampton e a equipa Lagoense.

O Senhor Vice-Presidente Fernando Jorge Moniz propôs à Câmara Municipal a aprovação de um Voto de Congratulação pela comemoração do 40.º aniversário do Operário Sports Club of Toronto. O Operário Sports Club of Toronto celebrou quatro décadas de glórias e prestígio em representação de valores e ideais desportistas. Constituído em 1976 em Toronto, o Operário Sports Club teve como fundadores antigos jogadores e adeptos do Clube Operário Desportivo, da Lagoa, que procuraram preservar no Canadá o mesmo espírito e valores desportistas do Clube mãe.

Mais informou o Senhor Vice-Presidente Fernando Jorge Moniz que o Operário Sports Club of Toronto tem realizado um excelente trabalho não só a nível desportivo, pois tem ganho quase todas as provas em que tem participado mas, especialmente, a nível social pelo apoio que dá aos Lagoenses que vivem em Toronto e não só. Sem a existência deste Clube, a vida destas pessoas, por vezes, seria mais difícil e não teriam a possibilidade de efetuarem excursões a São Miguel e a outros pontos do país e estrangeiro. Acrescentou que a cidade de Lagoa e os Lagoenses são muito “queridos” em Toronto.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o Voto de Congratulação ao Operário Sports Club of Toronto, pela comemoração de quatro décadas de glórias e prestígio em representação de valores e ideais desportistas;

2.º Dar conhecimento do referido Voto de Congratulação ao Operário Sports Club of Toronto.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

“1.ª VISITA EMPREENDEDORA NA ESCOLA BÁSICA E INTEGRADA DE ÁGUA DE PAU

Decorreu no passado dia 17 de outubro, na Escola Básica Integrada de Água de Pau, a primeira visita Empreendedora, que consiste num projeto de educação e sensibilização dos mais jovens em relação ao empreendedorismo.

Este projeto está sob a alçada da Direção Regional da Juventude (DRJ), contando assim com o apoio do Governo Regional dos Açores. Trata-se da aposta na juventude da vila de Água de Pau, que honra a vila pauense e o Município de Lagoa, onde a Direção Regional reconhece que o Concelho tem condições económicas propícias para o desenvolvimento de ações empreendedoras futuras.

O projeto, tal como está desenhado, permitirá aos alunos desenvolverem as várias competências necessárias a um aluno/cidadão empreendedor e, assim, concorrerem ao IDEA Açores. De igual modo, o envolvimento dos pais e de toda a comunidade será, naturalmente, potenciado pelas iniciativas previstas no âmbito do projeto. De salientar que, o Projeto Educação Empreendedora já vai na sua 7.ª Edição e envolve escolas das diferentes ilhas dos Açores.”

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ANO DE 2017:

Foi presente a proposta para parecer prévio, para proceder à celebração dos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2017, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

A Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada deliberou, por unanimidade, emitir Autorização Genérica para a celebração dos referidos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2017, nos termos do n.º 4 da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

PONTO N.º 3 – FORMULÁRIO DE CANDIDATURA – LAGOA INVESTE:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal em sua reunião de 13 de abril de 2016, a Senhora Presidente apresentou um novo formulário de candidatura, nos termos do artigo 7.º do Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse municipal.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o novo formulário de candidatura nos termos do artigo 7.º do Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse municipal;

2.º Encarregar os serviços de darem o devido andamento ao processo.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:

PONTO N.º 4 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017:

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2017.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 10.660.000,00 € (dez milhões seiscentos e sessenta mil euros), sendo 9.383.275,00 € (nove milhões trezentos e oitenta e três mil duzentos e setenta e cinco euros) de receitas correntes e 1.276.725,00 € (um milhão duzentos setenta e seis mil setecentos e vinte e cinco euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 7.089.310,00 € (sete milhões oitenta e nove mil

trezentos e dez euros) de despesas correntes e 3.570.690,00 € (três milhões quinhentos e setenta mil seiscentos e noventa euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 3.807.190,00 € (três milhões oitocentos e sete mil cento e noventa euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 327.100,00 € (trezentos e vinte e sete mil e cem euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 4.134.290,00 € (quatro milhões cento e trinta e quatro mil duzentos e noventa euros).

De acordo com a competência conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciadas as verbas inscritas no orçamento, o qual prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas nele inscrito.

Verificado o equilíbrio orçamental nos documentos acima mencionados, a Senhora Presidente da Câmara pôs à votação o Orçamento para 2017 bem como as Grandes Opções do Plano.

A Senhora Presidente informou que o orçamento para 2017 é ligeiramente superior ao orçamento de 2016. Mais informou que foi dado cumprimento ao estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição. Foram enviados os documentos referentes à anteproposta do Plano e Orçamento para 2017, para direito de consulta prévia, aos membros da Oposição da Câmara Municipal, bem como da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador José Cabecinha referiu que mais uma vez é de salientar que o orçamento não foi empolado e foi elaborado de acordo com as regras do POCAL. Realçou que neste orçamento continua haver a preocupação da vertente de cariz social e destacou que a Educação tem como tema para 2017, a temática da Cidadania. Acrescentou que espera que a nível de investimento, sejam concluídos os projetos de construção do Hospital Particular S. Lucas e da Unidade de Prestação de Cuidados de Saúde da Empresa IsoPor, no Concelho de Lagoa, que não sejam desviados para outros Concelhos, pois são investimentos importantes para o Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente informou que as empresas aguardam pelos apoios de Fundos Comunitários para a construção daqueles equipamentos.

O Senhor Vereador José Cabecinha solicitou esclarecimentos relativos às rubricas “outros” do orçamento da receita e do orçamento de despesa.

Pela Senhora Presidente da Câmara foram prestados os devidos esclarecimentos.

O Senhor Vereador José Cabecinha referiu que em consonância com os anos anteriores, o seu voto é favorável na aprovação deste orçamento. Acrescentou que sendo este o seu último ano como Vereador, sugeriu a quem irá candidatar-se, para o próximo mandato, que não proponham investimentos que no futuro não sejam exequíveis, como há quatro anos atrás, foram feitas promessas que não foram concretizáveis.

A Senhora Presidente da Câmara agradeceu o facto de concordarem, por unanimidade, com as propostas apresentadas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, para 2017.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta de Orçamento para 2017 no montante de 10.660.000,00 € (dez milhões seiscentos e sessenta mil euros);

2.º Concordar com a proposta apresentada das Grandes Opções do Plano para 2017;

3.º Submeter a proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2017 à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Câmara presentes, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017:

Foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2017, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa;

2.º De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2017, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

PONTO N.º 6 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DE 350.000,00 €:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 3 de outubro de 2016, de proceder à abertura de um procedimento com vista à contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, foi presente a proposta que abaixo se transcreve:

“De acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 3 de outubro do corrente ano, procedeu-se à consulta junto das instituições bancárias para a contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, na modalidade de conta corrente, no valor de 350.000,00€, com o prazo de amortização de um ano, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2017;

A instrução das propostas de empréstimo nos termos do artigo 25.º do Regime das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município” e doravante, a autorização prevista no regime financeiro das autarquias locais vem acompanhada de informação detalhada sobre as condições apresentadas pelos bancos consultados;

A Lei n.º 73/2015 de 3 de setembro, designadamente no n.º 2 do artigo 50.º, permite que a Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, aprove empréstimos de curto prazo “que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento”; Da análise feita resulta que a proposta mais favorável ao município é a apresentada pelo Millennium BCP, como resulta do relatório e mapa em anexo;

Deste modo, proponho que a Câmara Municipal delibere:

Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2017, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, no montante de 350.000,00€ em conforme com a consulta feita à banca e patenteada no documento em anexo, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2017;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto do Millennium BCP, que apresentou a proposta mais vantajosa para o município, conforme a análise efetuada, no montante de 350.000,00€ com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 1% e isenta de quaisquer comissões.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2017, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, no montante de 350.000,00€ em conforme com a consulta feita à banca e patenteada no documento em anexo, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2017;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto do Millennium BCP, que apresentou a proposta mais vantajosa para o município, conforme a análise efetuada, no montante de 350.000,00 € com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 1% e isenta de quaisquer comissões.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:**PONTO N.º 7 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:**

Foi presente o resumo diário da Tesouraria do dia 28 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 675.008,46 € (seiscentos e setenta e cinco mil oito euros e quarenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:****PONTO N.º 8 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve:

“- Considerando que as taxas das Autarquias Locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das Autarquias Locais e/ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;

- Considerando também que o valor das taxas das Autarquias Locais é fixado de acordo com os princípios da justa repartição dos encargos públicos, da proporcionalidade e da equivalência jurídica, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular;

- Considerando que deve existir uma relação de correspondência tendencial entre o custo dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas e as receitas cobradas pela sua prestação;

- Considerando que o Regulamento e Tabela de Taxas em Licenças atualmente em vigor contempla o valor devido pela autorização de circulação de pesados por dia ou fração, e que não é feita a distinção de valor em função da tonelagem do veículo a circular;

Proponho que seja feita a seguinte alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa:

Artigo 8.º

Os serviços referidos no artigo 7.º poderão ser requeridos como “Muito Urgente”, devendo ser satisfeitos no próprio dia ou nos dois dias seguintes, ou como “Urgente”, devendo neste caso ser satisfeitos entre o terceiro e o quarto dia, todos a contar da data da respetiva entrega.

As petições classificadas de “Muito Urgente” serão taxadas em triplo e as classificadas de “Urgente” serão taxadas pelo dobro da taxa devida pelo serviço.

Bem como proponho que seja feita a seguinte alteração à Tabela Taxas e Licenças do Município de Lagoa:

Artigo 7.º

Prestação de serviços e concessão de documentos

11. Concessão de licença para circulação de veículos pesados em vias condicionadas ou interditas, por veículo pesado e por dia ou fração, de acordo com os seguintes escalões:

a)	Peso bruto da viatura entre as 6,5 ton e as 12 ton	5,17 €
b)	Peso bruto da viatura entre as 12 ton e as 20 ton	7,70 €
c)	Peso bruto da viatura entre as 20 ton e as 30 ton	10,34 €
d)	Peso bruto da viatura superior a 30 ton	12,90 €

Poderá ser concedida licença para circulação de veículos pesados em vias condicionadas ou interditas, de carater semestral ou anual, de acordo com os seguintes valores:

e)	Licença de seis meses para viaturas de peso bruto entre as 6,5 ton e as 10 ton	193,52 €
f)	Licença de um ano para viaturas de peso bruto entre as 6,5 ton e as 10 ton	351,85 €
g)	Licença de seis meses para viaturas de acima das 10 ton	276,40 €
h)	Licença de um ano para viaturas de acima das 10 ton	502,56 €

A licença anual ou semestral pressupõe que a circulação tem um horário definido e está sujeita às posturas municipais.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada;

2.º Submeter a referida proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

ENCERRAMENTO:

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, sendo 09:40 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CRISTINA CALISTO DECQ MOTA